

TRABALHADORES, GREVES, CAMPANHAS E REPRESSÃO EM ALAGOAS**(1961 – 1964)**

RODRIGO JOSÉ DA COSTA*

Os trabalhadores alagoanos viveram um período de intensa atividade no início da década de 1960, depois de vivenciarem conquistas importantes no tocante a direitos trabalhistas na década anterior. Organizados em sindicatos, estando formalmente ligados ao Partido Comunista Brasileiro - PCB ou não, se tornaram um obstáculo para o governador Luiz Cavalcante (União Democrática Nacional - UDN), assim para com o bloco político que este último representava. Em consonância com a mobilização dos trabalhadores do resto do país, os trabalhadores alagoanos exerciam um protagonismo cada vez maior nos destinos políticos e sociais daquele período¹.

Esses trabalhadores, entre eles os operários têxteis (LESSA, 2008) ligados as Fábricas de Fiação e Tecelagem de Maceió, além de outros segmentos como os portuários, rodoviários, bancários e os trabalhadores na extração de Petróleo, tiveram importante papel na defesa das Reformas de Base e em outras campanhas. Como a defesa da legalidade em agosto de 1961 e o plebiscito pelo presidencialismo em 1963.

Nas linhas seguintes relacionamos algumas das greves cujas aconteceram entre os anos de 1961 e o ano de 1964, além de algumas campanhas políticas desenvolvidas pelos trabalhadores alagoanos neste período. É importante salientar que encontramos muitas notícias sobre a deflagração de greves. Essas aconteceram quase na sua totalidade na capital Maceió, entretanto, na sua grande maioria não ocupou mais que uma pequena nota nos jornais pesquisados.

I.

Em 1961, o PCB empreendeu uma campanha visando obter a legalização da sua legenda eleitoral², perdida durante do governo do Presidente Eurico Dutra em 1947.

* Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

¹ Sobre esse protagonismo ver Cf. REIS, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita” In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp 319-379.

² “Representantes de várias correntes políticas manifestaram-se favoráveis à legalidade do Partido Comunista Brasileiro” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 27/08/1961 n.32. p. 01. Na edição de 24 de

Após um comício realizado em 06 de Agosto do mesmo ano, foram detidos Áureo Calazans de Albuquerque³, operário na Fábrica Têxtil de Rio Largo, Sólon Araújo⁴ Funcionário da Câmara de Vereadores de Maceió, o mecânico Júlio de Almeida Braga⁵ e de seu filho Laudo Leite Braga⁶, que era militar do 20º Batalhão de Caçadores de Maceió, e exerceu a função de redator do jornal *A Voz do Povo*.

Poucos dias depois, a crise que se iniciou no país com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a “Campanha da Legalidade” que se iniciou para garantir a posse do vice João Goulart, mais uma vez colocou a repressão policial contra os que se manifestaram a favor da posse de Jango e contra o golpe urdido pelos ministros militares. A repercussão deste evento movimentou os ânimos dos diversos grupos sociais alagoanos. No dia da posse de Goulart, 07 de setembro de 1961, foi organizado um comício onde os manifestantes comemoraram a vitória do movimento da legalidade⁷. A atuação de parlamentares, líderes estudantis e sindicais e jornalistas que lutaram pela garantia da Legalidade enfrentaram a oposição de Luiz Cavalcante, que tomou posição ao lado dos que tentaram barrar a posse de Jango.

Dias antes no dia 28 de agosto, as entidades estudantis convocaram concentração cívica na escadaria da Assembleia Legislativa Estadual e enfrentaram a polícia política para repudiar o golpe militar. No dia seguinte os estudantes programaram uma passeata que foi impedida pelo 20º BC⁸.

No entanto, a bancada de senadores de Alagoas, Silvestre Péricles, Rui Palmeira e Afrânio Lages se posicionaram contra a legalidade e votaram a favor da emenda que instituía o parlamentarismo. Com isso, foi alvo de críticas por parte do jornal *A Voz do Povo*⁹. Posteriormente a Assembleia Legislativa aprovaria as posições assumidas por

setembro, há uma matéria sobre a campanha de coleta de assinaturas que iria se realizar. “Comunistas iniciam a campanha de coleta de assinaturas pelo registro eleitoral do Partido Comunista Brasileiro.” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 24/09/1961 n.36. p.1.

³ Delegacia de Ordem Política Social e Econômica. Pasta 01, Ficha Pessoal 12.

⁴ DOPSE. Pasta 04, Ficha Pessoal 80.

⁵ DOPSE. Pasta 07, Ficha 133.

⁶ DOPSE. Pasta 07, Ficha 134.

⁷ “Povo no grande comício do Parque Rodolfo Lins comemorou vitória sobre o golpismo” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 10/09/1961 n.34. p.1.

⁸ “Câmara de Vereadores foi trincheira de luta em defesa da democracia” In: *A Voz do Povo*. Op. cit., p.4.

⁹ “O povo saberá julgar aqueles que traíram a sua confiança” In: *A Voz do Povo*. Ibid.

Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul e do General Machado Lopes, Comandante do III Exército na defesa dos princípios constitucionais¹⁰.

Em fevereiro de 1962, a greve dos comerciários também foi reprimida violentamente, a ponto de os policiais, armados com fuzis e metralhadoras exigirem que os comerciantes abrissem as portas de seus respectivos estabelecimentos. Os abusos praticados seriam repudiados nos meios sindicais e denunciados na Assembleia Legislativa¹¹.

Uma greve em agosto de 1962 deflagrada pelas tecelãs, por conta do aumento do número de maquinário que cada trabalhadora deveria manusear, durou três dias paralisando o trabalho na Fabrica Carmen, situada no distrito operário de Fernão Velho em Maceió.

Na edição do dia 25 de agosto, o *Jornal de Alagoas* trazia uma matéria informando sobre a realização de uma reunião do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de Fernão Velho que deliberariam sobre a greve¹². Havia alguns dias que os proprietários daquela indústria tinham ordenado que os operários deveriam manusear seis teares, de modo que estes já trabalhavam com quatro. A reunião visava apelar para a classe patronal a fim de que essa mudança não fosse levada a frente, mas nenhum entendimento foi concretizado. O presidente do sindicato dos trabalhadores, Sr. José Conrado, convocou uma assembleia e onde se deliberou que se dentro de 48 horas não fosse restabelecido o trabalho com quatro teares, os operários decretariam greve.

Também no dia 25, a *Gazeta de Alagoas* na matéria “Operários de Fernão Velho em Questão com a Fábrica”¹³ afirmava que o presidente do Sindicato teria procurado a gerência da fábrica a fim de apresentar o problema. A fábrica apresentou a contraproposta de cinco teares por cada tecelã, o que não foi aceito pelo Sindicato. No final da matéria um dado interessante: “Inesperadamente, e para surpresa de todos,

¹⁰ “Leonel Brizola e Machado Lopes cidadãos honorários de Alagoas” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 17/09/1961 n.35. p.1

¹¹ “Governo fascista lança mão do terror policial para intimidar os comerciantes” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVI 18/02/1962 n.03. p.1.

¹² *Jornal de Alagoas*. 25/08/1962. p. 4.

¹³ *Gazeta de Alagoas*. 25/08/1963. p. 6.

carros da Rádio Patrulha estiveram durante a segunda e terça-feira passadas em Fernão Velho, como que à espera de algo de anormal ou para coagirem as operárias”.

Não conseguimos obter informações nos jornais pesquisados sobre o desfecho desta greve, mas gostaríamos de chamar atenção para dois aspectos em particular: 1) o fato de ser uma greve organizada e deflagrada de dentro da fábrica, demonstrando o nível de politização e a capacidade de mobilização dos trabalhadores da fábrica, uma vez que os acontecimentos se desdobraram em praticamente uma semana; o nível de articulação por parte da classe patronal para com os setores dirigentes e, por conseguinte com o aparato policial do estado, dado a rapidez com que ocorreu a polícia para o distrito operário, muito provavelmente prevenida com a possibilidade de ter que lidar com operários mobilizados em greve.

II.

Posteriormente, o PCB começou a atuar em nova frente de mobilização: o processo de sindicalização rural¹⁴, processo esse que foi mais um elemento a acirrar a disputa entre a elite dominante e o PCB. Mário Grynspan discutindo de forma ampla sobre a questão agrária no Brasil republicano localiza os anos do início da década de 1960 como fase de aceleração tanto dos processos de luta pela terra, como também da percepção de intelectuais e políticos sobre a necessidade de equacionamento da questão agrária como pauta fundamental para os projetos nacionais de desenvolvimento. Segundo o autor, aquele período foi fundamental na produção e consolidação de “novos esquemas e categorias de percepção da realidade brasileira, de seus problemas e também de suas soluções”, que repercutiram decisivamente sobre as ações políticas dos agentes envolvidos com a questão. Na avaliação de Grynspan, dada a sua profundidade, “os efeitos desses processos se impuseram mesmo durante os governos militares e se estendem até hoje, ainda que com redefinições importantes ao longo do tempo, mantendo presente a questão agrária (GRYNSPAN, 2006: 75)”.

¹⁴ Jornal *A Voz do Povo* publicou na íntegra o texto do decreto nº 7.038 de 20/11/1962 que regulamentou processo de sindicalização rural. “Assinado decreto de sindicalização rural” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVI 09/12/1962. n. 37. p.3.

Fernando Medeiros aponta que dentro de sua perspectiva de “reforma agrária” o governo Luiz Cavalcante promoveu em 1961 o projeto de assentamento de famílias de trabalhadores rurais nos municípios de Maceió e Rio Largo (MEDEIROS, 2007:137) e destinou em 1963 uma área de 950 hectares no tabuleiro do Pilar, para formar um núcleo de colonização que deveria receber do governo toda infraestrutura e assistência-técnica necessárias¹⁵.

Medeiros destaca que:

Com seu discurso e práticas acerca da reforma agrária Luiz Cavalcante atacava em cheio o governo federal ao transmitir à opinião pública a ideia de que a realização da reforma agrária não seria um problema, nem seu governo se opunha à mesma. O problema estaria colocado na maneira como o governo Goulart pretendia realizá-la, de forma radical e fora da lei.

Ainda de acordo com Medeiros, a preocupação de Luiz Cavalcante com a reforma agrária adivinha, sobretudo, da necessidade de controle sobre o movimento social no campo:

Reconhecida a gravidade que assumia a questão agrária no país e a intensificação das lutas que dela decorriam, tornava-se necessário reduzir as tensões, realizando assentamentos em áreas pertencentes ao próprio governo estadual ou em pequenas áreas, como os realizados em União dos Palmares, Santana do Mundaú e Murici, que contavam com a aprovação dos empresários da agroindústria canavieira e eram feitos dentro das determinações do IPES/IBAD¹⁶. Mantinha-se, desta forma, a mesma estrutura fundiária ao não tocar nos latifúndios de propriedade das usinas e dos fornecedores de cana. Seguindo o mesmo princípio de controle o governo incentivou a organização de sindicatos rurais que poderiam, caso fossem de alguma forma controlados, representar uma alternativa às Ligas Camponesas que ganhavam projeção em estados vizinhos como Pernambuco.

No começo de 1963, os trabalhadores alagoanos ligados ao PCB e ao CGT, juntamente com o governador Luiz Cavalcante, se mobilizavam pela campanha pelo plebiscito que restaurou os poderes presidenciais de João Goulart. Em 1962, quando

¹⁵ Jornal de Alagoas. Maceió, 11/01/1963. p. 4.

¹⁶ MELLO, Paulo Décio de Arruda. *Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação*. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. UFRRJ, Itaguaí, 1990. p. 112. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi uma organização anticomunista fundada em 1959. Ao lado dele, vários empresários faziam parte desta organização e da sua “entidade-irmã”, IPES. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961 serviu como um dos principais catalisadores da mobilização feita contra o governo João Goulart. A função primordial do IPES era integrar os diversos movimentos sociais de direita para criar as bases de uma oposição que pudesse deter o avanço do comunismo soviético no ocidente.

todos os ministros do gabinete de Tancredo pediram demissão, em seu lugar assumiu Francisco de Paula Brochado da Rocha, com um programa que priorizava o combate à inflação e a antecipação do plebiscito destinado a decidir sobre a continuidade ou não do regime parlamentarista, previsto para o início de 1965 (FERREIRA e GOMES, 2006, p.141). Mas as demandas pela antecipação do plebiscito estavam postas e, sob pressão do movimento sindical, das esquerdas e de setores militares, o Congresso aprovou sua antecipação para 06 de janeiro de 1963¹⁷.

No dia 06 de janeiro, dia de votação, o *Jornal de Alagoas* publicou uma matéria onde o CGT alagoano convocava “os eleitores a comparecer as urnas e dizer ‘não’ ao Regime”¹⁸. Através de um manifesto assinado pelo presidente do CGT no estado, Alan Rodrigues Brandão, entre outros quinze presidentes de sindicatos trabalhadores locais, “foi ontem lançado neste capital, conclamando as classes operárias, estudantis, camponesas, militares, servidores públicos e o povo em geral a votarem “não” no referendo de amanhã”.

Na mesma edição, com matéria intitulada “Governador comanda o ‘não’ e pede aos prefeitos que o ajudem: plebiscito”¹⁹, o jornal informava que o governador Luiz Cavalcante havia telegrafado a todos os prefeitos do interior do estado, “encarecendo lhes todo o empenho para que seja significativo o comparecimento do eleitorado ao plebiscito de hoje”. Na continuação da matéria, o jornal afirma que “interrogado na campanha do “NÃO”, que vem comandando em AL, o chefe do executivo já recebeu numerosas manifestações de prefeitos alagoanos, reafirmando lhes solidariedade e prometendo que trabalharão para que seja [ilegível] e considerável o “NÃO” de Alagoas”.

Diante da divergência entre seus projetos políticos e ainda mais das expectativas quanto ao resultado do plebiscito, tanto o CGT quanto Luiz Cavalcante – e o grupo político que representava – defendiam a volta ao presidencialismo. Os grupos

¹⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre o plebiscito e seus desdobramentos ver MELO, Demian Bezzera de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFF, Niterói, 2009.

¹⁸ “CGT conclama eleitores a comparecer as urnas e dizer “não” ao Regime”. In: *Jornal de Alagoas*. 06/01/1963. p. 6.

¹⁹ *Jornal de Alagoas*. 06/01/1963. p. 6.

nacionalistas ligados ao PCB e ao CGT se alinhavam a política de união nacional defendida pelo PCB, que enxergava a possibilidade de concretização das Reformas de Base com a retomada dos poderes presidenciais de Goulart. Por seu turno, Luiz Cavalcante, como uma grande parcela da UDN no resto do país, apostava na necessidade de se restaurar o presidencialismo para que nas eleições de 1965, tentassem repetir o êxito eleitoral de Jânio Quadros em 1960.

O plebiscito resultou, de fato, numa vitória consagrada para Jango. Cerca de nove milhões de eleitores, em 10 milhões, ratificaram o mandato de Goulart, dizendo *sim* ao presidencialismo e ao programa de Reformas de Base, que se vinculava à sua restauração. Segundo Moniz Bandeira (BANDEIRA, 2010: 205), Jango considerou aquele resultado “como outra eleição, sua verdadeira eleição para a presidência da República, a mais expressiva de toda a história do país”, maior que a de Quadros, até então recorde, com seis milhões de votos;

Era seu “triunfo pessoal”, como The New York Times reconheceu. Entretanto, não quis assumi-lo, em toda a plenitude, como um mandato popular para as Reformas de Base, e formar um ministério eminentemente de esquerda, a fim de executá-las, com ou contra o Congresso. (...) Seu propósito era deixar que a onda passasse, evitando a radicalização, para depois retomar, firmemente, o caminho das reformas.

Findo o plebiscito, as lutas políticas em Alagoas aumentaram ao longo do ano de 1963. As disputas empreendidas na criação dos Sindicatos Rurais no interior do Estado foi um dos palcos do embate entre Luiz Cavalcante e PCB. No entanto, essa disputa não se deu exclusivamente entre o PCB e o governo do estado, envolvendo outros grupos como a Igreja Católica por exemplo. Em abril de 1963, o jornal *A Voz do Povo* denunciou em uma matéria que Fernando Oiticica, prefeito de Rio Largo, cidade componente do cinturão operário e industrial de Maceió, havia se negado a assinar o edital de convocação do sindicato rural daquela cidade²⁰. Meses depois, o jornal do PCB traz numa matéria a denúncia que o presidente do Sindicato Rural de Santana do Mundaú, José Pedro de Lima teria sido espancado por capangas a mando do

²⁰ “Fernando Oiticica expulsa camponês e nega-se a assinar o edital de convocação do Sindicato Rural” In: *Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 21/04/1963 n.14. p.4.

proprietário do engenho onde morava e trabalhava²¹. O proprietário era o Deputado Estadual Antônio Gomes de Barros, ligado aos grupos dominantes da cidade de União dos Palmares. O camponês José Pedro Lima teria sido agredido após uma reunião do Serviço de Orientação Rural – SORAL ligado a Igreja Católica, esta última temia que o avanço do comunismo entre as comunidades rurais pudesse fazer com que uma onda de mobilizações no campo em Alagoas se transformasse em eventos como o das Ligas Camponesas em Pernambuco.

Enquanto as disputas no campo se acirravam à medida que o debate pela Reforma Agrária do governo Jango se tornava mais denso, a atividade dos sindicatos urbanos também crescia. No mês de maio de 1963 alguns membros do PCB foram presos depois de comício organizado no Parque Rodolfo Lins. O comício organizado pelo CGT contou com a participação dos demais membros do PCB bem com a dos sindicatos urbanos de maior representatividade em Maceió, como o dos operários têxteis e dos rodoviários. Terminaram presos o já mencionado presidente dos rodoviários Rubens Colaço, o estudante Agerson Dantas²², um membro do sindicato dos bancários Anivaldo Miranda Aires²³, o presidente do Sindicato Têxtil de Fernão Velho José Conrado Alves²⁴, o presidente do Sindicato dos Portuários Luiz Gonzaga Alves²⁵ e do advogado Rubem Ângelo²⁶, figura de importante destaque por sua função do advogado do trabalho e posteriormente secretário no sindicato têxtil de Fernão Velho.

Fernando Teixeira da Silva e Antonio Luigi Negro apontam que o “o CGT nasceu de um esforço de militantes e operários no sentido de dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de aglutinar amplas parcelas de trabalhadores em âmbito nacional.” Seu objetivo não era apenas ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com

²¹ “Protestos de massas contra o espancamento do líder camponês José Pedro de Lima”. In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 04/08/1963 n.26. p.2.

²² DOSPE. Pasta 13, Ficha Pessoal 247.

²³ DOPSE. Pasta 01, Ficha Pessoal 09.

²⁴ DOSPE. Pasta 02, Ficha Pessoal 34.

²⁵ DOPSE. Pasta 02, Ficha Pessoal 35.

²⁶ DOPSE. Pasta 03, Ficha Pessoal 54.

instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais para o Brasil (NEGRO e SILVA, 2008: 72).

Segundo Lucília Delgado (DELGADO, 1986: 39), o CGT surge como fruto de uma conjuntura de grande instabilidade política e social, caracterizada por amplas mobilizações populares e por propostas de modificações profundas na estrutura política e econômica do país. Decorreu também do processo anterior de luta sindical desenvolvido pelos trabalhadores das mais diversas categorias profissionais desde a década de 1940. Para a autora:

O fato é que o crescimento do movimento sindical se realiza mais a partir de uma grande “politização” de suas vanguardas do que de um trabalho de fortalecimento das entidades, através da ampliação de suas bases, a nível das empresas ou locais de trabalho.

Entre os meses de junho e agosto de 1963, os trabalhadores do Porto de Maceió, protagonizaram uma das mobilizações mais significativas do período. Em 07 de junho, os portuários alagoanos deflagraram uma greve em face da negativa do governador em atender suas reivindicações de aumento de salário entre outros benefícios²⁷. No caso desta greve será interessante perceber que o jornal *Gazeta de Alagoas*, de propriedade do ex-governador de Alagoas, e aquela altura senador, Arnon de Mello, se aproveita de fatos como estas greves para atacar o governador Luiz Cavalcante, tecendo críticas a sua administração, incorporando um discurso de defesa das classes trabalhadoras em suas reivindicações e lutas. Neste âmbito acaba por se desenrolar um embate onde a *Gazeta* assume uma posição de oposição ao governo estadual ao passo que, o *Jornal de Alagoas*, periódico ligado aos *Diários Associados*²⁸ de Assis Chateaubriand, se dedicará a defender o governo Luiz Cavalcante.

A *Gazeta* aponta que em resposta ao manifesto dos trabalhadores do Porto, o chefe do executivo estadual, por seu turno, apontou que em virtude “da impossibilidade de atender tais pretensões, dirigiu-se ao Ministro da Viação e Obras públicas,

²⁷ “Greve na orla marítima: o governo não atende portuários” In: *Gazeta de Alagoas*. 07/06/1963. p. 1.

²⁸ Os *Diários Associados* foi uma das maiores empresas jornalísticas da história da imprensa no Brasil. Seu proprietário, Assis Chateaubriand, foi um dos homens públicos mais influentes do país nas décadas de 1940 e 1960, destacando-se como jornalista, empresário e político. No seu auge, os *Diários Associados* reuniam, em todo o Brasil, 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão, além de bater recordes de tiragem com a revista *O Cruzeiro*.

solicitando a incorporação do Porto de Maceió ao Departamento Nacional de portos e vias navegantes”. Tendo como resposta dos portuários um novo ofício onde estes últimos salientavam a sua posição, destacando que “o movimento era pacífico e que visa, única exclusivamente, ao atendimento de suas reivindicações”. Ainda segundo o jornal, em solidariedade aos seus companheiros, todos os sindicatos de Orla marítima haviam entrado em greve no dia 07.

Na matéria “Paralisação dos Portos dá prejuízos incalculáveis”²⁹, a *Gazeta* informa que havia se estabelecido um contato entre um representante do Estado e os grevistas, sem que nenhum entendimento que pudesse por fim a greve tivesse acontecido. A partir de então não encontramos nenhuma notícia sobre as negociações bem como sobre o fim da greve. No entanto, quase dois meses depois, a *Gazeta de Alagoas* voltaria a estampar sua primeira página com a ameaça de uma greve por parte dos funcionários do Porto.

No dia 02 de agosto, a *Gazeta* informava que os portuários entrariam em greve a partir do dia seguinte, caso o governador do estado não tomasse as providências para federalização do Porto³⁰. A deflagração da greve³¹, em 07 de agosto se estendeu ao longo de 11 dias apesar da mobilização das forças policiais para conter o movimento. A greve terminou com os portuários tendo a sua reivindicação, a federalização do Porto de Maceió, atendida³².

Em setembro de 63, a greve deflagrada pelos bancários durou 11 dias, paralisando uma grande parte dos estabelecimentos bancários de Maceió. No dia 02, em uma reunião realizada no Palácio do Trabalhador, os bancários deliberaram a aprovação de um “estado de greve”, podendo, a qualquer momento deflagrarem o movimento paredista³³. Segundo nota publicada na *Gazeta de Alagoas*, a reunião foi convocada “para apreciar a posição dos banqueiros face às reivindicações dos empregados, que

²⁹ *Gazeta de Alagoas*. 09/06/1963. p. 1.

³⁰ “Greve dos portuários” In: 02/08/1963. p. 1.

³¹ “Prossegue a greve dos portuários apesar das violências policiais” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 18/08/1963 n. 30. p.1.

³² Em outra matéria na mesma edição, o jornal relata que ao sétimo dia de greve os portuários conseguiram a decretação da federalização do porto, só que segundo Miranda o dinheiro liberado teria sido retido pelo governador e esta greve já estaria no décimo primeiro dia.

³³ “Bancários em estado de greve ameaçam paralisar atividades” In: *Gazeta de Alagoas*. 03/09/1963. p. 1

pleiteiam melhoria salarial. Após muitos debates, os bancários decidiram publicar nota oficial, onde definem a posição assumida, bem como os motivos que determinaram aquela atitude”³⁴.

Assim como aconteceu com a greve dos portuários, percebemos que a *Gazeta de Alagoas* se esforça em fazer uma cobertura diferente da feita pelo *Jornal de Alagoas* no tocante aos acontecimentos relativos à greve. Talvez o ponto mais significativo seja o espaço para a publicação das notas dos sindicatos de trabalhadores, algo que não acontece com o *Jornal de Alagoas*, que direciona as suas matérias e editoriais a atacar todo e qualquer movimento dos trabalhadores que aponte na direção a ruptura com a ordem.

A greve foi deflagrada no dia 11, depois de uma serie de reuniões entre banqueiros e bancários que não chegaram a nenhum acordo que viesse a solucionar o problema do aumento salarial³⁵. Segundo a *Gazeta de Alagoas* os patrões haviam

oferecido o aumento baseado no aumento do custo de vida no estado, o que não foi aceito pelos bancários por ser, segundo eles, uma forma de atrasar o reajuste salarial, que não virá de maneira justa, por falhar na maioria das vezes a estatística oficial. Afirmaram ainda que nenhum levantamento foi feito e que a fórmula apresentada pelos empregadores é apenas uma maneira de levar a classe ao desespero.

Os bancários decidiram então deflagrar a greve da categoria diante da falta de um acordo com os patrões. Segundo a *Gazeta*, “organizados os piquetes de greve, todos os presentes saíam às ruas em passeata pacífica e ordeira. Na redação deste jornal explicaram as razões de sua greve. Paralisadas, portanto as operações de crédito de nossa capital, até que se encontre uma solução para o problema”.

No dia 20 de setembro, após uma serie de negociações entre os bancários e os banqueiros intermediada pelo juiz do trabalho Paulo Quintela, os trabalhadores aceitaram a solução proposta pelo juiz³⁶. Já no dia anterior “a solução proposta pelo juiz trabalhista havia sido aceita pelo sindicato dos empregados em estabelecimentos

³⁴ “Sindicato dos empregados em estabelecimentos bancários de Maceió: nota oficial” In: *Gazeta de Alagoas*. 10/09/1963. p. 1

³⁵ “Greve dos bancários começa hoje” In: *Gazeta de Alagoas*. 11/09/1963. p. 6.

³⁶ “Grevistas e banqueiros de Alagoas ainda não chegaram a entendimento” In *Jornal de Alagoas*. 20/09/1963. p. 5

bancários de Maceió, os quais apenas pleitearam a extensão os seus feitos aos bancários do interior do estado”. Todavia os banqueiros se mantiveram “impassíveis na sua oferta de setenta por cento sob os salários resultantes do mesmo acordo. Alegaram total incapacidade de meios financeiros dos bancos para atenderem a proposta”.

O ano de 1963 continuaria a assistir uma atividade cada vez maior do movimento sindical bem como do número de greves. Em novembro de 1963, na cidade de São Paulo aconteceu uma greve que, segundo Negro e Silva, vislumbrou a representação de 700 mil trabalhadores lotados nas bases de 79 sindicatos e 4 federações (NEGRO e SILVA. Op. cit.: 82). Segundo os autores, a Greve dos 700 mil destaca-se devido à tentativa dos trabalhadores em estabelecer uma nova forma de negociação salarial coletiva que abrangesse todas as categorias sindicais, por meio da representação direta dos líderes representantes das principais organizações horizontais do país. A análise desse movimento retrata a luta dos trabalhadores para legalizar a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) e o PAC (Pacto de Ação Conjunta), bem como as diferentes interpretações apresentadas pelos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho – TRT – e pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST (Ibid. p. 84).

Os autores concluem destacando o fato de se tratar de uma greve eclodida em um momento político extremamente tenso. A campanha liderada pela oposição ao governo Goulart disseminava o medo de que uma nova “república sindicalista” se instalasse no país. Desde meados de 1962, o CGT e o PAC atuavam como entidades centralizadoras dos sindicatos, tendo conquistado algumas vitórias, entre elas o salário família, a realização do plebiscito, o abono de Natal e o não decreto do estado de sítio. Nesse contexto, a Greve dos 700 mil representou um momento importante para a história do movimento da classe trabalhadora, devido ao avanço das reivindicações e negociações travadas durante o movimento paredista, que visava amplas mudanças nas relações entre patrões e empregados (Ibid. p. 85). A disputa entre os grupos políticos adversários tanto em Alagoas quanto no resto do país adentraria o ano de 1964, caminhando a passos largos para um desfecho que enfim chegaria ao início de abril.

III.

Em janeiro de 1964 duas greves ajudaram a acirrar os ânimos entre o Governo do Estado e movimentos sociais em Alagoas: a greve dos trabalhadores em combustíveis e a greve dos trabalhadores rurais. No dia 9 de janeiro, o *Jornal de Alagoas* trazia numa matéria a entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Combustíveis e Mineração, Etevaldo Dantas, sobre o movimento paredista que havia sido iniciado no dia anterior.³⁷ Dantas declarou ao jornal que a categoria tentou negociar durante todo o mês de dezembro de 1963 e que as principais reivindicações giravam em torno de garantias trabalhistas já regulamentadas pelo governo Federal (nível de salário mínimo, décimo terceiro e etc.) em outros Estados da Federação.

Nos nove dias que a greve durou as matérias do *Jornal de Alagoas* deixavam clara a preocupação de que o Estado mergulharia numa grande crise caso o abastecimento de combustível continuasse parado. No dia seguinte, uma reunião entre os representantes dos trabalhadores e o Secretario do Interior, Nilo Floriano Peixoto, não trouxe um entendimento sobre o fim do movimento³⁸.

Em poucos dias, o movimento passou a contar com o apoio do CGT e de alguns sindicatos, como por exemplo, o dos Trabalhadores do Petróleo e o dos Jornalistas³⁹ – que tinham Alan Rodrigues Brandão e Nilson Miranda respectivamente como presidentes – e que se mantinha “irredutível” na manutenção da greve.⁴⁰ Aqui se nota a clara posição conservadora do jornal ao querer retratar os trabalhadores como não sensíveis em aceitar um acordo para por fim a paralisação. Outra assembleia no dia 11, presidida pelo representante do CGT e presidente do sindicato dos bancários, Roland Benamour, decidiu novamente pela rejeição a proposta dos patrões⁴¹.

No dia 12, o jornal relatava que a greve continuava sem um entendimento final, e que o movimento paredista dos trabalhadores nas empresas comerciais de minérios e

³⁷ “Começa a faltar gasolina” In: *Jornal de Alagoas*, 09/01/1964, p. 6.

³⁸ “Greve dos trabalhadores em combustíveis pretende paralisar o Estado: Gasolina nem pra coletivo” In *Jornal de Alagoas*, 10/01/1964.

³⁹ “Sindipetro e Sjepe” In: *Jornal de Alagoas*, 11/01/1964. p. 6.

⁴⁰ “Diversas tentativas de acordo foram repelidas: os grevistas dos combustíveis irredutíveis” In: *Jornal de Alagoas*. p. 5.

⁴¹ “Greve continua: gasolina cada vez mais cara” Idem, p. 5.

combustíveis de Alagoas, já trazia “enormes prejuízos” para a sociedade alagoana⁴². No título de uma matéria intitulada “Greve dos trabalhadores em combustíveis pretende paralisar o Estado: Gasolina nem pra coletivo” é notável a tentativa de se construir uma imagem de que os prejuízos da paralisação não apenas afetavam os possuidores de automóveis, mas também a grande maioria da população que dependia de transporte público para se locomover até os seus locais de trabalho. Em outra matéria, o jornal relata que na tarde do dia anterior esteve reunido o CGT discutindo uma série de problemas da organização, mas nenhum dizia respeito à greve ou a sua duração. Dois dias depois, o jornal alerta para a “fase de afirmação” que o movimento havia alcançado e a “falta de pulso firme” das autoridades para com os grevistas⁴³.

Dois dias depois um acordo entre trabalhadores e patrões pôs fim à greve que segundo uma matéria do jornal do PCB *A Voz do Povo* foi vitoriosa para os trabalhadores⁴⁴. O jornal relatou que a aliança com o CGT e o apoio de outros sindicatos foi um dos fatores decisivos para o sucesso do movimento e que a vitória na greve serviu como fator de fortalecimento do movimento operário frente aos interesses imperialistas dos exploradores do petróleo tanto em Alagoas como no Brasil.

Essa greve também foi representativa por outro aspecto já que além do abastecimento de combustível como já mencionamos acima, havia outro ponto importante embutido no problema. Rodrigo Motta (MOTTA, 2002: 231) no que chama de *Segundo grande surto anticomunista* que ocorreu entre os anos de 1961 a 1964 discute que as ondas grevistas crescentes a partir de 1963 foram um dos argumentos usados pelos golpistas para deflagrarem o movimento civil-militar em março de 1964. Motta aponta para o alerta que se fazia a “presença comunista em diversos setores da vida nacional, nas organizações sociais e principalmente no aparato estatal” (Ibidem. p. 255.). Denunciava-se que os comunistas estariam presentes em vários órgãos da administração como o Ministério do Trabalho, nas instituições previdenciárias e acima

⁴² “Greve continua: gasolina é cada vez mais escassa.” In: *Jornal de Alagoas*. 12/01/1964. p. 6.

⁴³ “Estado as vésperas da paralisação total: falta gasolina por falta de pulso firme” In: *Jornal de Alagoas*. 14/01/1964. p. 6.

⁴⁴ “Vitoriosa greve dos trabalhadores em combustíveis” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 18/01/1964 n.2. p.1.

de tudo nas forças armadas (Ibidem. p. 257). Mas era no tocante a Petrobrás e aos combustíveis que a situação era mais delicada:

No caso da estatal petrolífera, a alegada influência comunista gerou polêmicas acirradas (“A sovietação do Petróleo”⁴⁵) provocou a constituição de uma CPI no Congresso. A ansiedade causada pela presença esquerdista na Petrobras devia-se à importância estratégica do controle sobre os combustíveis, no caso de uma eventual conflagração militar.

Enquanto a greve dos combustíveis mal chegava ao fim, na edição de 18 de janeiro de 1964, o jornal *A Voz do Povo* estampava na sua primeira página a matéria *50 mil camponeses irão à greve pelo 13º mês de salário!* A matéria tratava da mobilização na qual estavam envolvidos o CGT e a Federação de Trabalhadores Rurais, que exigia o pagamento do décimo terceiro mês de salário aos trabalhadores que nenhuma Usina havia feito até aquele momento⁴⁶. Caso não houvesse o pagamento, 50 mil camponeses paralisariam suas atividades em todo o Estado e que a “atual situação se devia a inércia da delegacia do trabalho”. O jornal cita ainda que “o governador Luiz Cavalcante seria o responsável pela vida dos camponeses uma vez que os trabalhadores sofreriam a represália violenta dos usineiros.”

No mesmo dia, o *Jornal de Alagoas* trazia uma matéria que revelava toda a sua preocupação caso essa greve, a primeira de trabalhadores rurais no Estado, fosse iniciada⁴⁷. É importante analisar com mais cuidado o que este fato representou na época, uma vez que o Estado estaria presenciando pela primeira vez uma greve de trabalhadores do campo, estes últimos, marcados pela relação de dominação que mantinham com sua classe patronal. Se na cidade os trabalhadores desde meados da década de 1950 vinham num crescendo em relação a sua capacidade de mobilização e enfrentamento a classe patronal, no campo a situação era um pouco mais delicada. Em várias matérias do jornal *A Voz do Povo*, encontramos denúncias de violências sofridas por trabalhadores, de espancamentos e de expulsão dos engenhos dos proprietários.

⁴⁵ Título de Editorial. *O Globo*. 08/11/1963. p. 1 Apud. MOTTA, p. 256.

⁴⁶ “50 mil camponeses de Alagoas irão à greve pelo 13º mês de salário” In: *A Voz do Povo*. 18/01/1964. p. 1.

⁴⁷ “Camponeses de Alagoas ameaçam com greve se não for pago o Décimo Terceiro salário até o dia 27” In: *Jornal de Alagoas*. 18/01/1964. p. 6.

Alguns desses mesmos proprietários exerciam mandatos no cenário político da época⁴⁸. Assim, o *Jornal de Alagoas* usava de uma greve deflagrada por trabalhadores do campo para fazer crer que o país se encontrava num caminho sem volta rumo ao caos e a desordem.

No dia 22 de janeiro, uma reunião na Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas – ASPLANA reuniu os representantes dos trabalhadores e dos patrões para a discussão do pagamento do 13º salário. Nessa reunião esteve presente o então Delegado Regional do Trabalho, Sr. Hilton Loureiro que segundo o *Jornal de Alagoas* visava encontrar uma solução satisfatória para evitar que a greve fosse levada a termo⁴⁹. Apesar de todas as tentativas no sentido de impedir a deflagração da greve, no dia 29 o jornal trazia a matéria “Camponeses de três fazendas da Usina Leão e de uma da Usina Santa Clotilde em greve pelo 13º Salário”⁵⁰ noticiando que trabalhadores haviam entrado em greve a despeito da decisão de que a greve não deveria se iniciar no dia 27. Neste mesmo dia 27 houve uma reunião entre os trabalhadores e representantes patronais e do Ministério do Trabalho não avançou na discussão sobre o pagamento do 13º.

Depois da matéria “Camponeses receberão décimo terceiro de salário: usineiros concordam”⁵¹ não há mais informações no *Jornal de Alagoas* sobre o andamento nem da greve (que de fato aconteceu) nem dos entendimentos tomados para a sua realização. No dia 09 de fevereiro, o jornal *A Voz do Povo* estampava em sua primeira página que *5000 Camponeses paralisam o trabalho nas fazendas e usinas pelo cumprimento das leis*⁵², destacando como principal reivindicação o pagamento do 13º salário e do salário mínimo. Outra importante informação trazida pelo jornal é a denuncia da reação armada dos latifundiários reforçada pelo aparato policial do Estado⁵³ e conclamava que os

⁴⁸ Como é o caso do deputado estadual Antonio Gomes de Barros da cidade de União dos Palmares, denunciado na matéria “Protestos de massas contra o espancamento do líder camponês José Pedro de Lima” In: *Voz do Povo*. Ano XVII 04/08/1963 n.26. p. 2.

⁴⁹ “Camponeses vão receber décimo terceiro mês” In: *Jornal de Alagoas*. 23/01/1964. p. 6.

⁵⁰ “Camponeses de três fazendas da Usina Leão e de uma da Usina Santa Clotilde em greve pelo 13º Salário” In: *Jornal de Alagoas*. 29/01/1964. p. 6.

⁵¹ *Jornal de Alagoas*. 06/02/1964. p. 6.

⁵² *A Voz do Povo*. 09/02/1964. p. 1.

⁵³ *Ibidem*. p. 4.

outros grupos urbanos (operários e estudantes) decretassem greve geral como forma de solidariedade aos camponeses.

Palavras Finais

Quando o Major Luiz Cavalcante assume o Governo do Estado em 1961, os movimentos sociais que alcançaram significativa expressão durante o governo de Sebastião Marinho Muniz Falcão no período anterior (1956-1961) viram essa conjuntura mudar radicalmente com a eleição do Major. Declarado anticomunista, Cavalcante estava ligado ao complexo IPES/IBAD e colocava-se numa situação de oposição ao governo Goulart e ao seu projeto “nacional reformista”, tendo atuado nas negociações que introduziram a experiência parlamentarista após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e sendo um dos principais articuladores, no Nordeste, do golpe militar que depôs o Presidente da República.

Na disputa eleitoral de 1960 a oligarquia canavieira, procurou reeditar a tradição política alagoana de ter um governador comprometido com os grupos mais conservadores, apoiando a candidatura do Major Luiz Cavalcante para o governo do Estado. Isso seria um reflexo de que as propostas nacional-desenvolvimentistas que o governo Muniz Falcão procurou implementar em Alagoas. Somado a isso a crescente mobilização dos grupos de esquerda ao longo de toda a década de 50 e início da de 60, e a atuação cada vez maior desses grupos no cenário político, causaram preocupações nas hostes elitistas.

A sequência de fatos e eventos demonstrou que a atuação de Luiz Cavalcante para conter a crescente – e intensa - mobilização dos grupos esquerdistas pautou-se pelo uso da força policial do Estado para reprimir as atividades daqueles que representavam naquele momento a subversão da ordem estabelecida. Em 1964, antes do golpe civil-militar Luiz Cavalcante chegou a impedir a entrada de Miguel Arraes, então governador de Pernambuco, e de Seixas Dória, governador de Sergipe (ambos identificados com as

propostas reformistas do presidente João Goulart), para participar de um comício⁵⁴ em Maceió utilizando-se de todo o aparato militar estadual para efetuar essa proibição.

Referências bibliográficas:

ARRUDA MELLO, Paulo Décio de. *Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação*. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. UFRRJ, Itaguaí, 1990.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves, *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964*, 1986.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964.” In: FERREIRA, Jorge. (Org.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRYNZSPAN, Marcio. “O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LESSA, Golbery. *Trama da Memória, Urdidura do Tempo: Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos*. Maceió, manuscrito, 2008.

LINS, Enio. *Alagoas: Pastoril de Trágicas Jornadas*. Edição eletrônica do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, 2004 (www.fundaj.gov.br).

MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Maceió: Recife, Edições Bagaço, 2010.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita. *O homo inimicus: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió/AL, Edufal, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil 1917-1964*. São Paulo: Perspectiva 2002.

NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira. “Trabalhadores, sindicato e política.” In: FERREIRA, Jorge. (Org.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TOLEDO, Caio Navarro. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁵⁴ Sobre a realização desse comício ver LINS, Enio. *Alagoas: Pastoril de Trágicas Jornadas*. Edição eletrônica do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, 2004 (www.fundaj.gov.br).